

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 11 de abril de 2001

Ano 3 Nº 53

## Missão internacional será discutida na Fiesc

**Parlamentares  
querem novos mercados  
para produtos catarinenses**

**E**ntusiasmados com os contatos comerciais estabelecidos entre empresários russos e brasileiros

possibilidade de outros setores serem incluídos nas transações comerciais, o que será analisado pela Fiesc e pelo Ministério das Relações Exteriores. Já Mendonça lembrou que 60% da compra de produtos brasileiros pela Rússia se faz através de intermediários, o que pode mudar agora na aquisição de carne suína, bovina e de

**Competição** - Para Knaesel, o momento é propício para uma investida dos produtos catarinense nas esferas internacionais, já que os maiores blocos econômicos vêm iniciando uma verdadeira competição pelo mercado brasileiro. Ele lembra que tanto a Alca (Associação de Livre Comércio das Américas) quanto a União Européia têm feito tratativas para acelerar as negociações com o Mercosul.

O deputado Lício Silveira sentencia que no momento o desafio do Brasil é administrar o ritmo e a profundidade das negociações entre União Européia e Mercosul. Se por um lado o Brasil deve convencer os europeus a adiantar as negociações sobre a liberação do comércio de produtos agrícolas, por outro precisa manter sua proposta de não alterar o calendário da Alca, resistindo à pressão americana até que se resolvam questões fundamentais para as exportações brasileiras, como o fim das barreiras aos produtos agrícolas, que afetam 60% das exportações, e mudanças na severa lei *antidumping*, que atinge o aço brasileiro.



Deputados que integraram a missão

no setor de carne, os parlamentares que fizeram parte da missão governamental, Gilmar Knaesel (PPB), Rogério Mendonça (PMDB), Lício Silveira (PPB) e Milton Sander (PPB), estudam ampliar os trabalhos da Comissão do Mercosul para levar a outros mercados a qualidade dos produtos catarinenses. Na próxima quarta-feira (18), juntamente com produtores e representantes do Executivo, os deputados serão recepcionados na Fiesc para relatar sua viagem à Rússia e à Holanda, assim como discutir iniciativas para concretização de novos negócios.

Milton Sander destacou que os russos mostraram interesse em diversos produtos de Santa Catarina, abrindo

aves. "Ficou definido que a venda vai ser direta, no varejo. Assim, a carne catarinense terá um maior valor agregado, proporcionando mais lucro ao produtor".

**Nova política** - Ao ressaltar que o governo do Estado incorporou a prática da Casa em realizar missões internacionais, Knaesel falou do orgulho dos parlamentares em iniciar este processo. "Criamos, com a parceria do governo e empresários, um novo tipo de política para elevar a marca dos produtos do Estado. No início, a Assembléia foi incompreendida por estabelecer relações internacionais no campo econômico, social e cultural. Hoje, com o sucesso desta viagem, cabe aos deputados o mérito pelos bons resultados alcançados".

Foto divulgação Palácio do Governo

**O que esperam  
os líderes  
partidários  
dos trabalhos  
na AL**

Página central

**CPI da Sonegação  
Fiscal promove  
seminário**

Página 8

## OPINIÃO

# Uma alternativa para os agricultores catarinenses



A descapitalização do produtor rural é hoje, sem dúvida, um dos principais problemas que afetam o nosso setor primário. A linha de pobreza avança no campo como uma peste, dizimando quase todas as oportunidades de o agricultor melhorar a sua qualidade de vida, em razão do aumento assustador das mazelas sociais, políticas e econômicas que tão bem conhecemos e das quais tanto nos envergonhamos.

Diante do quadro atual, quando surge uma alternativa, mesmo que não seja nova, mas tecnicamente viável, não podemos deixar de apoiá-la com empenho, uma vez que se trata

de um instrumento capaz de contribuir para reativar o desenvolvimento do setor agrícola.

A cultura da cana-de-açúcar é uma excelente alternativa agrícola e energética para a nossa agricultura. O próprio governo federal acaba de dar uma forte demonstração de apoio à cultura, considerando que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, por unanimidade, o projeto que determina a substituição da frota do governo por veículos a álcool no prazo de cinco anos. Seguramente, a política brasileira do álcool-combustível vai ter grande expressão em um futuro próximo. O álcool é um combustível limpo, importantíssimo para o país sob o ponto de vista ambiental, social, tecnológico e estratégico.

Em Santa Catarina, especificamente, é preciso destacar o excelente

trabalho desenvolvido pelos técnicos da Epagri nesse campo. No Centro de Treinamento de São Miguel do Oeste há pesquisas sobre a produção e o processamento de cana-de-açúcar e aguardente. Na Estação Experimental de Urussanga os técnicos vêm se especializando em agroindustrialização caseira de aguardente e em álcool-combustível.

A pesquisa catarinense tem sido a fonte geradora de novos cultivares de cana, mais resistentes a doenças e pragas e muito mais produtivos. A produtividade média na zona produtora anda em torno de 52 toneladas de colmo por hectare. Em breve, esse número poderá atingir 120 toneladas. O programa da Epagri visa estimular a produção de cana para a obtenção de derivados, como cachaça, melado, açúcar mascavo e, em pouco tempo, álcool-combustível.

Por isso, precisamos mostrar que o nosso setor primário possui alternativas viáveis. Com apoio governamental, assistência técnica e mais verbas para a pesquisa e extensão rural, os resultados poderão ser ainda melhores. O futuro é uma incógnita, a dimensão temporal das metas não excede a um período de governo, mas a nossa voz vai continuar firme e forte em defesa dos agricultores catarinenses.

Apesar dos atuais desvios de rumo como instituição, a Epagri exerce um trabalho fundamental para os agricultores e para a agricultura catarinense. Ao apoiá-la, mostrando caminhos, estaremos beneficiando milhares de famílias rurais, impulsionando a economia e justificando a nossa presença nesta Casa.

**Deputado Rogério Mendonça (PMDB)**

## Política tributária e justiça social



Sempre que fazemos alguma compra ou contratamos algum serviço, no pagamento a ser feito está incluída uma parcela referente ao ICMS – Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços. Não temos opção. Faz parte do preço a ser pago. Trata-se de uma fonte fundamental de financiamento da máquina pública, já que o ICMS representa mais de 90% de tudo o que é arrecadação de impostos no Estado. O consumidor de bens e serviços, em retribuição aos impostos que paga, espera do Estado o

investimento em áreas essenciais como segurança, saúde, educação, etc. Se o Corpo de Bombeiros possui equipamentos sucateados, se os policiais estão mal remunerados e despreparados para o exercício de suas funções e se os hospitais e as escolas públicas não atendem satisfatoriamente às necessidades da população, significa que as prioridades na aplicação dos recursos arrecadados em impostos não estão sendo as políticas sociais.

Quando isso ocorre, é hora de a sociedade se manifestar. As instituições parlamentares sempre exerceram nas democracias representativas o papel de expressar o descontentamento social com relação às prioridades

estabelecidas no orçamento público e no retorno, na forma de benefícios sociais, do que é cobrado de impostos. O Poder Legislativo catarinense, através da CPI da Sonegação Fiscal, reflete o sentimento popular em relação às injustiças existentes na área tributária.

O dinheiro proveniente dos impostos pertence ao povo. Dele provém e a ele deve retornar. Todos pagam. Paga mais quem ganha mais, pode mais ou se beneficia mais da aplicação dos recursos públicos. Aqueles que cobram do contribuinte a parte referente aos impostos e não fazem o repasse devido ao Estado cometem um crime contra a cidadania, pois privam a sociedade de recursos que são seus por direito. Ao Estado cabe punir com rigor exemplar aqueles que burlam a lei e sonegam impostos, e não conceder perdão e anistia.

O debate sobre política tributária deve envolver amplamente os mais diversos setores sociais, que devem exigir do Estado que aplique corretamente o que arrecada e que faça com que todos paguem.

**Deputada Ideli Salvatti (Líder do PT)**

### Mesa Diretora:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)  
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)  
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)  
 2º Secretário: Odete de Jesus do Nascimento (PL)  
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)  
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)  
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621  
 imprensa@alesc.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa:

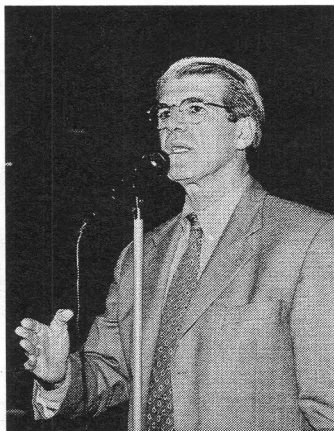
Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz  
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos  
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins  
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas  
 Revisão: Margareth Genovez  
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves  
 Distribuição: Setor de Expedição  
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

## GERAL

## Batalha contra acidentes de trânsito

O aumento dos acidentes de trânsito em Santa Catarina com vítimas fatais levou o deputado Ivan Ranzolin (PPB) a rerepresentar na semana que passou o projeto *Abraço à Vida: Qualidade de Vida no Trânsito*, uma proposta de medidas visando à redução dos acidentes rodoviários e melhoria da qualidade de vida no trânsito. A intenção central do parlamentar é envolver a Assembléia nessa “verdadeira batalha” e chamar todas as instituições responsáveis para que se equacione esse grave problema.

Ranzolin, num pronunciamento firme, disse que a situação torna-se ainda mais grave



**Deputado Ivan Ranzolin** porque as pessoas “estão se conformando com a barbárie no trânsito como se fosse a coisa mais natural do mundo”. Para ele, o Parlamento tem a obrigação de trazer essa questão de forma mais definitiva,

realista, e de buscar aqueles órgãos que devem resposta concreta à sociedade.

O projeto *Abraço à Vida*, explica Ranzolin, envolve, além dos parlamentares, Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Rodoviária Estadual, as prefeituras e os sindicatos de transporte de carga, dos caminhoneiros, dos taxistas e do transporte rodoviário.

As medidas preconizadas no projeto estendem-se a todas as rodovias do Estado, “já que o morticínio se registra em todas elas”. O projeto compreende um minucioso estudo de 25 páginas, com diagnóstico das estradas e propostas de ações e medidas essenciais para redução dos acidentes. Uma parte dedica atenção especial à BR-101, mas Ranzolin recorda que o problema se repete em rodovias como a BR-282 e mesmo nas estaduais, principalmente nas direcionadas ao litoral.

## Mapa da exclusão social

Exemplo do que ocorre com a prestação de contas que o governo do Estado encaminha anualmente ao Poder Legislativo, o deputado João Henrique Blasi (PMDB) também quer que seja remetido um mapa da exclusão social em Santa Catarina. A proposta está sendo apresentada por meio de um projeto de lei que estabelece normas direcionadas à responsabilidade na gestão social do Estado. “Além do resgate do equilíbrio fiscal, em decorrência da estabilidade monetária e da necessidade de redução do déficit público, é preciso avançar no resgate do equilíbrio social, reduzindo as desigualdades e o contingente de excluídos”, justifica.

O mapa da exclusão social consiste num diagnóstico anual, regionalizado, das diferenças sociais em Santa Catarina, com base em indicadores referentes à expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento

básico e habitação, entre outros. Ainda de acordo com o projeto, a regionalização do Estado ocorrerá com base na divisão microrregional existente.

Somado a esse demonstrativo da realidade social catarinense, o mapa deverá apresentar as metas e as estratégias que o governo do Estado adotará para melhoria dos indicadores sociais. “Esse já denominado Projeto de Lei de Responsabilidade Social não oferecerá apenas um diagnóstico, mas a prescrição de medidas concretas, pelo Poder Executivo, para melhoria da qualidade de vida da nossa população”, argumenta.

Como o projeto de lei prevê que o descumprimento dos dispositivos incorrerá em crime de responsabilidade, o deputado espera que o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo, em parceria com o Ministério Público, analisem os resultados e responsabilizem criminalmente os gestores públicos.

## Projetos do Judiciário

Na última semana, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, entregou ao presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), quatro novos projetos de lei de interesse do Judiciário, com destaque para o que regulamenta o funcionamento do fundo especial que vai gerir os recursos do sistema de cota única. Autorização do Legislativo para a venda das antigas sedes dos fóruns de Blumenau e Chapecó e novos conceitos para promoção de juízes nas comarcas catarinenses são o teor dos outros projetos.

## Indenização a agricultores

Numa iniciativa conjunta com os membros da Comissão de Agricultura, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) apresentou projeto de emenda constitucional que assegura aos agricultores assentados irregularmente em áreas indígenas o pagamento de indenização ou reassentamento por parte do Estado. “Essas ocupações nasceram da disputa entre índios e colonos pela posse das terras em décadas passadas, em decorrência da colonização. Entendo que as ações do Estado nesse processo devem ser definidas como obrigação de reparar. Além disso, a adequação legislativa abre possibilidade de entendimento para pôr fim aos conflitos, mediante indenização dos agricultores que foram

vítimas do Poder Público e de colonizadores”, justifica.

A proposta de emenda inclui novo dispositivo ao artigo 197 da Constituição Estadual, o qual assegura aos agricultores de boa fé assentados irregularmente pelo Estado em áreas indígenas o reassentamento e/ou indenização na forma da lei.

De acordo com Sopelsa, a matéria foi objeto de ampla discussão na Comissão de Agricultura e envolveu deputados, representantes da Justiça federal, da Funai e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó. “Através dessa medida propiciaremos condições de amparo tanto aos trabalhadores quanto aos povos indígenas que se sentiram ameaçados durante esse processo”, explica.

# ESPECIAL

## Líderes falam de suas expectativas

### Critérios

**Jaime Duarte**, único deputado do PPS, é natural de Orleans e formado em Letras e Direito. Está em seu primeiro mandato e tem como base eleitoral a região Norte.

“Penso que será um ano positivo, com grandes debates e encaminhamentos de projetos polêmicos, como os que sinalizam a privatização da Celesc e da Casan. Nenhum projeto vai passar sem análise criteriosa. Sabemos que será um ano de confrontos, já que situação e oposição estão divididas.”



### Equilíbrio



Jálic  
de Fl  
L. s  
c no  
A bar  
seu p  
Te  
impor  
produ  
a.ert  
r. ojet  
e a C  
saluta  
Cre  
nsca

### Prioridade



**Jaime Mantelli** é o único representante do PDT. Natural de Chapecó e formado pelo curso de sargentos da Polícia Militar, está no segundo mandato. Tem como base eleitoral Balneário Camboriú, Florianópolis, Lages e Chapecó.

“É preciso que a primeira prioridade dos deputados seja o trabalho legislativo e depois a questão político-partidária, para que possamos manter o

*quorum*. O comportamento da bancada governista vai medir se o Legislativo vai funcionar ou não.”



### Bolsa-esc

**Ideli Salvetti** Paulo (SP) é lic em seu segun eleitoral é flo. bancada de cin

“O ano com fervendo, os a produtivo. Um debate sobre a l mais de 60. uni nem semp” a p votação de produtividade.”

### Democracia

**Milton Sander** (PPB) é natural de Chapecó e advogado tributarista. Este é seu primeiro mandato e sua base eleitoral compreende as regiões da Amosc e Amerios. Lidera uma bancada de 10 parlamentares.

“Com certeza teremos um ano muito produtivo, bem melhor que os dois anteriores. Com a base governista em ordem, poderemos ajudar o governo aprovando projetos relevantes. Acredito que vamos ter maioria, mas caso isso não ocorra, teremos que respeitar a democracia.”



### Representa

**Jorginho Mello** d'Oeste e form do seu segundo mand Vale do Rio de Pei dois deputad

“Apesar de ainda eleição presidencia está cumprin o Nilson Gonçalves repre-sentação pa positivo.”

# atividades para os trabalhos na AL

**Gracia** (PFL) é natural de Florianópolis e empresário. Em seu primeiro mandato, tem sua base eleitoral na região Sul. Sua bancada que lidera na AL tem trabalhos parlamentares. Nos últimos meses muitos projetos foram aprovados e em um ano bastante produtivo. As votações serão iniciadas a começar pelos projetos que envolvem a Celesc Florianópolis, o que considero prioritário. Mas os trabalhos vão avançar normalmente, sempre buscando o equilíbrio.”



## Apoio

**Odete de Jesus**, única representante do Partido Liberal (PL), é natural de Porto União e formada em Geografia. Este é seu primeiro mandato, e sua base eleitoral abrange todo o Estado.

“A minha postura como parlamentar continua sendo de apoio e sustentação ao governo. O meu ingresso no partido permitiu minha participação efetiva nas negociações da eleição da Mesa. Meu voto foi decisivo e continuará sendo nas futuras negociações.”

**la** (PTB) é natural de São José do Rio Preto, formada em Física. Está em seu primeiro mandato e sua base eleitoral é em São José do Rio Preto. Lidera uma bancada de 10 deputados. Nos últimos meses e vai continuar sendo bastante polêmico, será um exemplo positivo foi o caso-escola, que reuniu todos os deputados, demonstrando que a discussão em Plenário e a aprovação de projetos significam

## Turbulência

**João Henrique Blasi** (PMDB) é natural de Florianópolis e advogado. Está em seu segundo mandato e sua base eleitoral é a Grande Florianópolis. Lidera uma bancada de 10 parlamentares.

“Esperamos que haja esforço concentrado para o rápido andamento das matérias em tramitação, inclusive precisamos reunir os líderes para elaborar a pauta das matérias prioritárias. O momento é de turbulência, porque a bancada do governo está sem hegemonia.”



**ão** (PMDB) é natural de Herval d'Oeste, formado em Administração e Direito. Em seu primeiro mandato, tem como base eleitoral o município de Herval d'Oeste. Sua bancada é composta de 10 deputados. Nos últimos meses, estar *sub judice*, em virtude da decisão da Casa voltou à normalidade e eu espero. A vinda do deputado para o partido aumentou nossa credibilidade e política em relação ao ano passado, o que é



## Idéias

**João Rosa** (PTB) é natural de Ponte Alta e formado em Direito e Educação Física. Está em seu primeiro mandato e tem sua base eleitoral na região Nordeste. Sua bancada é formada por dois parlamentares.

“Passado o momento de turbulência gerado pela eleição da Presidência e da Mesa Diretora, vamos cumprir compromissos com as votações nas Comissões e no Plenário. O PTB tem idéias novas e pretendemos apresentá-las na Assembléia e fora dela. Queremos que o partido tenha crescimento ordenado.”



## PLENÁRIO

### Isenção de taxas e festas populares

Está tramitando na Assembléia projeto de lei de autoria do deputado Clésio Salvaro (PFL) propondo alteração na Lei 7.541, que dispõe sobre o pagamento de taxas estaduais. A nova proposta acrescenta parágrafo único à matéria, isentando do pagamento de taxas os eventos tradicionalistas e festas populares.

O parlamentar explica que "atualmente é cobrado em média quase 3 mil reais de taxa por evento, o que está dificultando

sua comemoração nos municípios em função desse elevado valor. Com a aprovação desta lei, entendo que teremos mais incentivos às manifestações culturais em todo o Estado".

De acordo com a lei atual, cada festa ou evento tradicionalista deve pagar, conforme especificado no seu art. 1º, inciso V, uma taxa para obter a presença de policiamento ostensivo. Pela nova proposta, este valor não deverá ser cobrado.

### Bloco de notas rurais

Em caso de perda de um bloco de notas de produtor rural, o interessado deve fazer publicação em jornal e pagar 85 reais à Secretaria da Fazenda para ser homologada a concessão de novo bloco. Por isso, o deputado Afonso Spaniol (PPB) pede a autoridades a simplificação e desburocratização desses procedimentos, bem como a concessão de bloco de produtor rural para cada pessoa física que trabalhe na propriedade, para que possam usufruir dos benefícios previdenciários.

### Melhorias para o Sul

A liberação de recursos financeiros para a construção da barragem do Rio do Salto, em Timbé do Sul, está sendo pedida pelo deputado Manoel Mota (PMDB) ao governador do Estado. A barragem vai servir de reguladora do volume de água por precipitações pluviométricas, que têm trazido grandes prejuízos aos municípios de Timbé do Sul, Turvo, Morro Grande, Meleiro, Maracajá, Ermo e Araranguá. Por outro lado, Mota explica que "a agricultura do Vale do Araranguá seria beneficiada, especialmente a do arroz irrigado, uma vez que a região é a maior produtora do Estado, sem contar o aproveitamento de água potável pelos habitantes da região".

Ao ministro da Integração Nacional o deputado Mota pede a ampliação dos molhes da barra do Rio Mampituba, no município de Passo de Torres. Tal procedimento vai contribuir para o desenvolvimento do pólo pesqueiro e para a eliminação dos problemas causados pelas enchentes na região.

### Obras paralisadas preocupam Agostini

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), solicita aos senadores catarinenses em Brasília que busquem informações com o órgão competente acerca da paralisação das obras da subestação alimentadora que fornecerá energia elétrica ao canteiro de obras da usina hidrelétrica de Barra Grande, no município de Anita Garibaldi. Diz que 268 pontos já foram perfurados e 27 postes

instalados, porém as empresas Celesc e Camargo Correa, responsáveis pela obra, paralisaram as atividades sem qualquer explicação.

Ao secretário dos Transportes e Obras pede a inclusão no Programa BID IV da pavimentação asfáltica da estrada que liga Capinzal/Zortéa/Tupitinga/Campos Novos, que, segundo o parlamentar, é de fundamental importância para o desenvolvimento regional.

### INSS em atraso

A prorrogação do prazo, encerrado em novembro/2000, para que as prefeituras habilitem-se à renegociação dos recolhimentos do INSS em atraso está sendo pedida pelo deputado Ivan Ranzolin (PPB) ao ministro da Previdência Social. O prazo de parcelamento, hoje fixado em 60 meses, impossibilita que os pequenos municípios possam regularizar sua situação. "Diante disso, fazemos um apelo no sentido de que esse prazo seja ampliado para 240 meses, conforme estava autorizado anteriormente", disse Ranzolin.

O pedido justifica-se em função de

que muitas prefeituras, cujos prefeitos assumiram em janeiro passado, ainda não conseguiram concluir o processo de renegociação. O deputado alerta que a inadimplência prejudica tanto a Previdência Social, que deixa de arrecadar, quanto as próprias prefeituras, que não conseguem firmar convênios com outros órgãos.

### Cobrança ilegal

O deputado José Paulo Serafim (PT) obteve aprovação para a formação de uma Comissão Parlamentar Externa, composta de cinco membros, para apurar denúncia feita pelo padre José Pereira Kunz de que alguns médicos cobram de pacientes que têm atendimento pelo SUS no Hospital Santa Terezinha, em Braço do Norte. O parlamentar pretende investigar todos os hospitais do Estado que atendem pelo SUS, muitos dos quais efetuam cobranças complementares ilegais por procedimentos médicos.

### Enxurrada

O pedido de liberação de recursos feito pelo governador do Estado ao governo federal para fazer frente aos prejuízos causados pelas enxurradas em 36 municípios catarinenses conseguiu apoio do deputado Joares Ponticelli (PPB), que enviou mensagem a autoridades em Brasília pedindo urgência na liberação desses recursos.

Ponticelli também pediu ao chefe do

DNER/SC a execução de serviços de limpeza no acostamento da BR-101, trecho compreendido entre o município de Palhoça e a divisa com o Rio Grande do Sul. O mato ao lado da rodovia vem dificultando a visibilidade dos que por lá trafegam.

Já ao presidente da Telesc solicita informações sobre a existência de projetos na área de telecomunicações para beneficiar o município de Capão Alto.

## Vara da Justiça em Araranguá

O líder do PFL na Assembléia, deputado Júlio Garcia, acionou a bancada federal catarinense para que interceda junto ao Supremo Tribunal de Justiça a fim de que inclua o município de Araranguá como sede de uma das seis Varas da Justiça Federal a serem implantadas no Estado. O pedido do parlamentar atende reivindicação feita pela Associação Comercial e Industrial do Vale do Araranguá.

De acordo com o parlamentar, "a reivindicação é justa

e voltada ao bem-estar do cidadão, pois atualmente os processos de interesse dessa região catarinense têm sido julgados pela Vara federal de Criciúma".

Garcia deixou claro ainda em seu pedido que Araranguá é sede política da microrregião da Amesc (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense), que conta com 15 municípios e mais de 200 mil habitantes e abrange três Comarcas de Justiça estadual: Araranguá, Turvo e Sombrio.

## Substituição de comandante

A imediata substituição do comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar de Itajaí para restabelecer a normalidade na corporação e garantir um ambiente de trabalho favorável à segurança da população foi solicitada pelo deputado Volnei Morastoni (PT) ao governador do Estado. Segundo ele, há um descontentamento geral entre os integrantes do 1º BPM de Itajaí devido a represálias e punições múltiplas e indevidas contra os participantes do movimento reivindicatório de dezembro último.

## Preço de passagem

Como o transporte de passageiros em linhas intermunicipais é um serviço que depende de concessão pública, o deputado Jaime Duarte (PPS) indaga ao diretor-geral do Deter como é feito o cálculo, quais os critérios utilizados para se chegar ao preço médio cobrado por Km rodado e por que em muitos casos o preço das passagens é mais alto dentro do Estado do que na mesma distância de SC a outros estados.

## Porto de Imbituba

Aprovada a constituição de Comissão Temporária Especial Interna, composta de sete membros, para, no prazo de 90 dias, examinar a situação do porto de Imbituba, requerida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB). A Comissão vai analisar a possibilidade de municipalização daquele porto, a exemplo do que aconteceu com o de Itajaí, um modelo que, segundo Blasi, "tem alcançado muito êxito".

## Ciência da Religião

Viabilizar aos professores de São Miguel do Oeste o curso de Ciência da Religião através do Projeto Magister é o que pede o deputado Adelor Vieira (PMDB) à secretária da Educação. Sugere que o curso seja realizado na região Centro-Oeste, com sede na Unoesc.

Requer, ainda, que o secretário dos Transportes e Obras e o diretor do Deter sejam convidados a comparecer à Assembléia, em data e hora a serem agendados, para debater com os cooperativados de transporte especial, escolar e de fretamento questões pertinentes à categoria.

## Proposições

**Deputado Ivo Konell** (PMDB) solicita a realização de sessão solene no dia 10 de setembro próximo em homenagem aos cem anos de nascimento do ex-prefeito de Jaraguá do Sul e ex-deputado estadual no período 1951 a 19576, Waldemar Grubba, já falecido.

**Deputado Antônio Aguiar** (PFL) ao secretário da Saúde pedindo um aparelho de videolaparoscopia e um citoscópio para o Hospital Santa Cruz, em Canoinhas.

**Deputado Onofre Agostini** (PFL) ao presidente da Telesc solicitando informações acerca de projetos existentes na referida empresa em favor do município de Capão Alto.

**Deputado José Paulo Serafim** (PT) ao presidente da Telesc pedindo a instalação de um telefone público na Escola Reunida José Giassi, bairro Quarta Linha, em Criciúma.

**Deputado Narcizo Parisotto** (sem partido) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Ipumirim, Galvão e São Domingos, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios, comemorado em 7 de abril.

**Deputado Heitor Sché** (PFL) ao governador do Estado solicitando investimentos na área da agroindústria em Ibirama para processamento da produção agrícola e a construção de creches no município para atender as necessidades das mães que trabalham.

**Deputado Volnei Morastoni** (PT) ao secretário da Saúde sugerindo a realização de estudos para a implantação de homeopatia, acupuntura e fitoterapia (plantas medicinais) nas ações e nos serviços de saúde da rede pública estadual e municipal.

**Deputado Jaime Duarte** (PPS) ao diretor do DER pedindo que seja feita roçagem e desobstrução da rodovia estadual Máximo Jamur, no trecho entre Garuva até a divisa com o Paraná, uma vez que árvores e vegetação rasteira estão adentrando na pista.

**Deputado Moacir Sopelsa** (PMDB) ao diretor do Deter requerendo viabilização de linhas de ônibus passando pelos municípios de Luzerna, Ibicaré, Tangará e Ibiã com destino a Florianópolis.

**Deputado Adelor Vieira** (PMDB) ao ministro do Meio Ambiente solicitando que reconsidere a decisão de fechar o Posto de Controle e Fiscalização (Pocof) localizado em Três Barras, que foi extinto através de portaria ministerial, publicada em 30 de janeiro de 2001.

**Deputado Romildo Titon** (PMDB) ao presidente do Tribunal de Justiça e ao procurador-geral de Justiça do Estado solicitando a criação e instalação de uma 2ª Vara e uma 2ª Promotoria na Comarca de Capinzal.

**Deputado José Paulo Serafim** (PT) ao secretário dos Transportes e Obras solicitando a estadualização da rodovia que liga Urussanga a Lauro Müller, via Santana.

**Deputado Nilson Gonçalves** (PSDB) cumprimentando as autoridades de São Francisco do Sul pela passagem dos 497 anos de descobrimento da ilha que deu origem à cidade, hoje tombada como patrimônio histórico e artístico nacional.

**Deputado Afrânio Boppré** (PT) ao presidente do Besc Clube pedindo a nominata das doações através de cheques realizadas no período de 1/7 a 31/12/2000 pela seguradora, com os respectivos valores e datas, e o relatório da sua movimentação financeira no mesmo período.

**Deputado Antônio Aguiar** (PFL) ao governador do Estado solicitando a complementação do efetivo militar do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina e a instalação de uma unidade em Papanduva.

**Deputado Adelor Vieira** (PMDB) ao deputado federal Carlito Merss (PT), coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, reivindicando apoio aos pequenos e médios agricultores brasileiros.

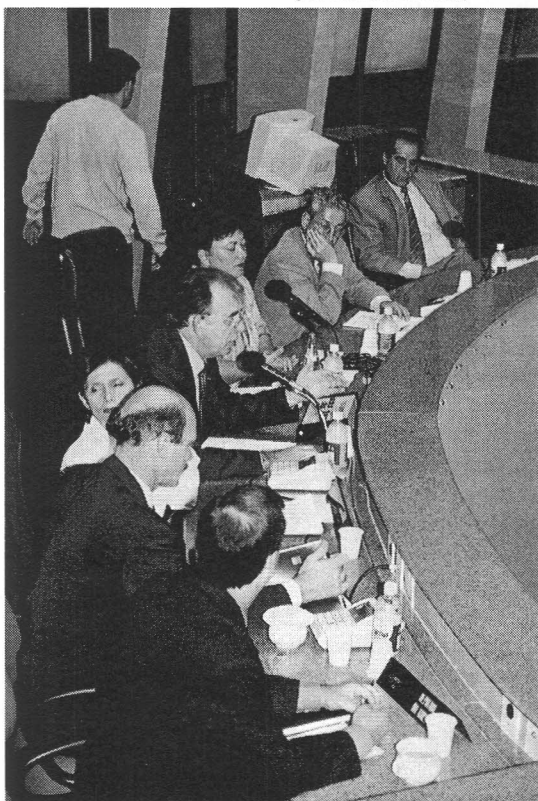
**Deputado Antônio Aguiar** (PFL) ao governo do Estado solicitando o asfaltamento do trecho entre Moema e Doutor Pedrinho.

## GERAL

## CPI realiza seminário sobre política tributária

*Profissionais discutem soluções para aperfeiçoar a legislação, a arrecadação e a fiscalização do ICMS no Estado*

(foto Giancarlo Bortoluzzi)



Mesa dos trabalhos

A CPI que investiga denúncias de sonegação fiscal, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), realizou durante toda esta segunda-feira (9) um seminário para discutir a situação tributária do Estado e procurar novas alternativas para aperfeiçoar a legislação, a arrecadação e a fiscalização do ICMS em Santa Catarina.

Para o secretário estadual da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, nem sempre a evasão fiscal é um fato ilegal devido a

inúmeras "brechas" existentes na própria lei que regulamenta a fiscalização tributária. Anunciou que a Secretaria da Fazenda vai divulgar toda a legislação fiscal via Internet, com o objetivo de tornar as ações fiscais mais transparentes perante a sociedade.

Representando a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Glauco Côrte criticou a legislação brasileira para o setor. Na sua opinião, ela é um entrave para a competitividade entre as empresas devido à carga tributária, que é uma das maiores do mundo, tendo aumentado mais de 50% nos últimos dez anos. "O que necessitamos é a implantação de uma política fiscal de redução da carga tributária para os setores produtivos e de um melhor tratamento para o contribuinte, que é o responsável pela manutenção do Estado", falou.

A promotora e coordenadora criminal do Ministério Público, Márcia Arendt, aponta que o Direito Tributário deveria ser uma das prioridades no ensino universitário, o que não acontece atualmente. Constatou que hoje o processo tributário é muito pouco conhecido pelo cidadão comum. "O contribuinte paga os impostos, mas em contrapartida não existe nenhum mecanismo que garanta a reciprocidade do Estado em seu benefício", disse.

## ICMS

O tema foi abordado pelos representantes Jaime Luiz Leite, da Federação das Câmaras de Diretores Lojistas, e Paulo Eli, do Sindicato dos Fiscais da Fazenda. O primeiro chamou a atenção para a confusão existente entre inadimplência, que é a declaração e o não-recolhimento do imposto, e sonegação, que significa esconder o valor a ser recolhido. Citou também, como aberração, o caso de um contribuinte que é absolvido pelo processo administrativo no Conselho Estadual do Contribuinte e condenado em processo penal acionado pelo Ministério Público.

Paulo Eli defende que o fiscal deve conhecer toda a legislação impressa sobre fiscalização, "desde a Constituição Federal, passando pelo Código Tributário Nacional, até a emissão da ordem de serviço da Secretaria da Fazenda. Para isso ele tem que se atualizar a cada dia".

No final do seminário foi criado um grupo de trabalho, com um representante de cada segmento organizado para apresentar propostas concretas capazes de racionalizar, dinamizar e modernizar a legislação estadual referente à arrecadação e fiscalização de tributos.

## Questões indígenas

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), realiza no próximo dia 19 - Dia do Índio - um fórum de debates sobre a questão indígena, com previsão para iniciar às 11 horas, na Sala das Comissões.

Jaime Duarte adiantou que serão discutidas contribuições para a formulação de uma política estadual para as comunidades indígenas de Santa Catarina. As sugestões foram formuladas pela Comissão de Apoio aos Povos Indígenas e envolvem questões como terra, auto-sustentação, educação e saúde.

Além dos deputados membros da Comissão, irão participar lideranças indígenas, Funai, Departamento de Antropologia da UFSC, Secretaria de Justiça, Projeto Rondon e Conselho Missionário Indígena.

## Agenda

**Dia 16**, às 15h - Depoimento de Eldo Umbelino, diretor proprietário da Nilcatex (Blumenau), na CPI da Sonegação.

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 17**, às 14h - Sessão especial, requerida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), com a presença do secretário da Agricultura, Odacir Zonta, para explicar os procedimentos adotados no combate à febre aftosa.

**Local:** Plenário

**Dia 19**, às 11h - Fórum sobre a questão indígena em Santa Catarina, promovido pela Comissão de Direitos Humanos, presidida pela deputado Jaime Duarte (PPS).

**Local:** Plenarinho

**Dia 19**, às 20h - Abertura da "Coletiva de Outono", dos artistas plásticos da Acap.

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho